



# Da COMOÇÃO ao esquecimento

(Continuação da página 8)

Os desastres devem ser enfrentados sob uma perspectiva social porque são construídos socialmente, diz o sociólogo e demógrafo Roberto do Carmo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (Nepo). No caso de Mariana, diz o professor, não é diferente.

No livro que lançou em março deste ano, “Segurança humana no contexto dos desastres”, pela editora Rima (organizado em conjunto com a pesquisadora Norma Valencio), Carmo fala destes enfrentamentos em situações de desastre. Também no início deste ano, o sociólogo publicou artigo sobre Mariana na revista jurídica *Consulex*, em edição especial sobre a tragédia ambiental.

Para o sociólogo, todas as atividades econômicas desse tipo (extração mineral) implicam em perigos e riscos. “O importante é que a sociedade conheça esses perigos e riscos e possa ter condições de optar pela sua implementação ou não”, diz Carmo. Para ele, o forte poder econômico envolvido e a descontinuidade das ações do poder público dificultam a situação de Mariana. “Em termos conceituais, precisamos avançar da ‘sociedade do risco’ para a ‘segurança humana’”. Veja a seguir a entrevista:

**Jornal da Unicamp – Na sua avaliação, como a sociedade tem respondido aos desastres ambientais? Como tem sido no caso específico de Mariana?**

**Roberto do Carmo** – Há um certo padrão em casos como este. Em um primeiro momento, logo após o acidente, acontece a comoção, e as manifestações exaltadas de agentes sociais. É o momento do clamor por ações incisivas, de proposição de ações punitivas de grande intensidade, com grande impacto midiático.

O segundo momento é o de avaliação da real extensão dos problemas e de suas decorrências. Em geral se percebe nesse momento que o desastre tem implicações muito mais complexas do que o inicialmente avaliado. É o momento em que se identificam as eventuais responsabilidades legais, e se iniciam os procedimentos legais.

O terceiro momento é o da “acomodação”. Os procedimentos legais foram instaurados, e se iniciam os trâmites que podem levar anos até serem concluídos. As vítimas do desastre resolvem a sua situação básica (em termos físicos e emocionais) da melhor maneira que podem, muitas vezes com pouca ajuda. A opinião pública se desmobiliza aos poucos.

O quarto momento é o do “esquecimento”. O desastre perde espaço no noticiário, por conta de outros desastres que eventualmente ocorrem. A opinião pública se desmobiliza. Apenas os afetados continuam atentos aos desdobramentos das ações judiciais. A responsabilização e as reparações dificilmente são suficientes ou adequadas tendo em vista a extensão das perdas. Em geral, não são feitas avaliações sobre como evitar situações semelhantes. Mariana segue, com quase nenhuma diferença, esse padrão.

**JU – De acordo com artigo que publicou na revista jurídica *Consulex*, em janeiro deste ano, o desastre de Mariana foi classificado como “de muito grande porte”, compreendido entre aqueles “não suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas”. Para superar, continua o artigo, é necessária a ação coordenada dos governos municipal, estadual e federal, em alguns casos da ajuda internacional. O senhor acha que isso pode funcionar no caso de Mariana?**

**Roberto do Carmo** – A extensão dos impactos causados exige uma ação coordenada. Mas esta ação está efetivamente sendo possível? Este ano teremos eleições municipais. E um dos grandes problemas que enfrentamos, em qualquer âmbito da administração pública, é a descontinuidade das ações. Seria importante que os órgãos pudessem ter uma ação continuada, além de coordenada. A grande dificuldade em Mariana é o poder econômico envolvido.

**JU – O que seria, na prática, “superar” o desastre, e o que seria “não suportar”?**

**Roberto do Carmo** – Poderíamos pensar em termos dos efeitos. Alguns dos efeitos



Escombros no subdistrito de Bento Rodrigues: para o sociólogo Roberto do Carmo, é preciso avançar da “sociedade do risco” para a “segurança humana”

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

da lama podem ser “superados”, que são os efeitos menores, nos locais mais distantes do evento. Os “não suportáveis” são, por exemplo, os resultados sobre o conjunto das residências da povoação que foi destruída, ou seja, dificilmente serão “superados”, seja em termos materiais, seja em termos sociais (as perdas de vidas humanas, que são as principais perdas nesse desastre).

**JU – Quando fala sobre construção social do desastre em seu artigo refere-se à responsabilidade da sociedade sobre o desastre, devido ao conhecimento prévio do risco de rompimento da barragem?**

**Roberto do Carmo** – A construção social do desastre deriva de uma avaliação equivocada entre os ganhos, principalmente econômicos, das atividades realizadas, e os perigos e custos sociais e ambientais dessas atividades. Na medida em que não se reconhecem adequadamente os perigos e os custos, os agentes



Foto: Antonio Scarpinetti

Roberto do Carmo, professor do IFCH: “A construção social do desastre deriva de uma avaliação equivocada entre os ganhos, principalmente econômicos, das atividades realizadas, e os perigos e custos sociais e ambientais dessas atividades”

sociais consideram de maneira privilegiada os ganhos econômicos (principalmente em termos de geração de lucros, mas também em arrecadação de impostos, em geração de empregos). Ou seja, esse desbalanceamento entre essas avaliações é que se configura como a construção social do desastre.

A questão não é necessariamente se a mineração é “boa ou ruim”. O fato é que todas as atividades econômicas desse tipo implicam em perigos e riscos. O importante é que a sociedade conheça esses perigos e riscos e possa ter condições de optar pela sua implementação ou não. E no caso da implementação, sob que condições efetivas, a fim de prevenir os perigos e riscos da forma mais eficiente possível. Conhecer os perigos e riscos das atividades, e estar preparada para enfrentar as situações críticas fazem parte de um novo contexto para o qual precisamos caminhar. Em termos conceituais, precisamos avançar da “sociedade do risco” para a “segurança humana”.

## Uma relação de dependência

Apesar de ainda não ter uma legislação ambiental municipal já elaborada, a prefeitura de Mariana já concedeu a licença de conformidade à Samarco, documento que autoriza a volta das operações da empresa. A efetiva retomada, no entanto, só ocorre depois que os governos estadual e federal, por meio de seus órgãos ambientais, liberarem essa permissão.

Segundo o prefeito Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior (PPS), a interrupção das atividades da Samarco deixou a economia do município fragmentada. “É crucial que se busque a diversificação econômica, já que 89% dos valores arrecadados são provenientes da mineração, atividade que vem sendo realizada há mais de 300 anos no município, desde o ciclo do ouro, e que dificilmente deixará de existir.” O prefeito reconhece que a diversificação econômica não acontecerá em curto ou médio prazo. “É algo que precisa ser feito, sim, mas que acontecerá de forma lenta.”

Duarte Júnior reconhece as falhas do município, evidenciadas pela tragédia, e diz que são todos responsáveis – a Samarco e os governos federal, estadual e municipal. Para medidas de emergência pós tragédia, foi constituído pelo governo federal, juntamente com os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, e as três empresas envolvidas – Samarco, Vale e BHP Billiton –, um fundo de aproximadamente R\$ 20 bilhões (valor que pode chegar a R\$ 28 bilhões), que atende não apenas o município de Mariana, mas todas as cidades atingidas ao longo do Rio Doce até o Oceano Atlântico.

Na opinião do prefeito, apesar de necessário, o fundo não resolve o problema urgente da falta de arrecadação da cidade com a paralisação das atividades da Samarco. Os serviços essenciais da cidade só poderão ser mantidos pelas reservas em caixa do município até setembro. Sem autonomia para utilizar os recursos do fun-



Foto: Adriana Menezes

Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, prefeito de Mariana: “É crucial que se busque a diversificação econômica”

do criado pelos governos e empresas, o município não tem a quem recorrer.

Na primeira semana de junho, o prefeito conseguiu uma audiência com o presidente interino Michel Temer. “De efetivo, até agora nada”, disse o prefeito sobre a reunião em Brasília. Ele tem por enquanto a garantia de que poderá contar com R\$ 77 milhões (do fundo de R\$ 20 bilhões) para investir, em dez anos, na diversificação econômica da cidade. O acordo diz que os municípios que dependem da mineração terão direito a um valor específico para esse fim. Entre as cidades atingidas pela lama da Samarco, ele diz que Mariana é a única que depende da mineração.

Duarte também pediu ao presidente interino que intercedesse pela volta da Samarco às operações, visto que a empresa teve sua licença para funcionamento suspensa pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), órgãos fiscalizadores do Governo Federal e do estado de Minas Gerais, respectivamente.

O dinheiro do fundo deverá ajudar a recuperar as nascentes, assim como o Rio Doce e o Gualaxo do Norte (seu afluente), diz Duarte Júnior. “Não adianta

falar que antes da tragédia alguém fazia algo pelo Ribeirão do Carmo, Rio Doce, Gualaxo do Norte, porque não fazia. Minha cidade, por exemplo, joga esgoto na água todo dia. Todo dia a gente mata o rio. Mesmo que o Rio Doce estivesse na CTI, a Samarco acabou de desligar o aparelho”, completa o prefeito. Não só Mariana, mas também Ouro Preto e outras cidades da região despejam diariamente seu esgoto no rio. Com os recursos disponíveis, cerca de 40 cidades no curso do Rio Doce até o Espírito Santo terão sistema de tratamento de esgoto, incluindo Ouro Preto.

Duarte Júnior reivindica ainda uma mudança no valor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) repassada ao município pela Samarco. Apesar de toda a exploração das riquezas minerais da cidade, apenas 1,6% da arrecadação líquida da mineradora vai para Mariana. Entretanto, segundo o prefeito, há uma medida provisória tramitando na Câmara dos Deputados para que esse valor seja revisado, aumentando para 4% do valor total bruto arrecadado pela mineradora.

De acordo com o prefeito, já se discute um local seguro para os rejeitos, caso a mineradora volte a operar – a mina Alegria. Trata-se de uma grande abertura no solo, o que dispensa a construção de barragens.

O prefeito fala que a reconstrução do principal subdistrito atingido pela tragédia - Bento Rodrigues - será uma referência nacional em sustentabilidade. Para tanto, as construções contarão com placas solares fotovoltaicas e calhas com sistema de captação de água pluvial; o calçamento será feito com blocos intertravados, evitando assim a impermeabilização do solo. “As pessoas vão passar num local onde aconteceu a maior tragédia do país, mas depois será um local reconstruído de uma forma totalmente autossustentável”, projeta.